



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

- 1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de calçados e meias escolares aos alunos da rede municipal de ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNI.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Tênis Escolar Cadeado/Velcro	280	PAR	110,00	30.800,00
02	Tênis Escolar Velcro	150	PAR	90,00	13.500,00
03	Meias de Algodão Escolares	860	PAR	9,00	7.740,00
				Total:	53.525,30

Número	Qtde
18	4
19	4
20	10
21	4
22	8
23	5
24	13
25	12
26	17
27	12
28	17
29	17
30	30
31	27
32	34
33	20
34	34
35	27
36	42
37	28
38	28
39	14
40	14
41	2
42	1
43	2
44	3
48	1
Total:	430



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

1.2. Deve-se observar as especificações detalhadas no memorial descritivo que compõe o processo de dispensa e que também está anexado a este Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, Lei 14.133/21).

2.1. A presente contratação está fundamentada no dever constitucional do Estado de garantir educação de qualidade, conforme dispõe o **artigo 205 da Constituição Federal**, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

2.2. A aquisição de tênis e meias escolares está ainda alinhada com os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da proteção à infância e adolescência, previstos no **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)**, que em seu artigo 4º atribui à família, à sociedade e ao poder público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, inclusive à educação, à saúde e à assistência.

2.3. No âmbito municipal, a ação está inserida no plano de ações da Secretaria Municipal de Educação, alinhada ao planejamento estratégico da administração, que prevê políticas públicas de inclusão social, apoio aos estudantes e melhoria das condições de acesso e permanência na escola.

2.4. Dessa forma, a contratação justifica-se não apenas por sua legalidade, mas também pela relevância social, pedagógica e educacional, sendo instrumento de efetivação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do ensino e da cidadania.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).

3.1. A solução proposta consiste na aquisição e distribuição de kits compostos por **tênis escolares com cadarço e meias de algodão**, destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino. A medida visa garantir condições adequadas de vestuário escolar, promovendo bem-estar, segurança e dignidade aos estudantes no ambiente escolar.

3.2. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, com fornecimento em conformidade com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, respeitando critérios de qualidade, durabilidade e conforto dos materiais. Os produtos adquiridos deverão atender aos padrões exigidos, com tamanhos variados, adequados às faixas etárias dos alunos beneficiários.

3.3. Com isso, busca-se atender integralmente à demanda identificada, promovendo a igualdade de acesso entre os alunos, incentivando a frequência escolar e contribuindo para a valorização da educação como instrumento de inclusão e desenvolvimento social.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).

4.1. A contratada deverá fornecer os produtos conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, garantindo a entrega de materiais novos, de primeira linha, sem uso anterior, devidamente embalados, com qualidade compatível com a finalidade educacional e em perfeitas condições de uso.

4.2. Os produtos deverão apresentar durabilidade, conforto, acabamento adequado e ser confeccionados com materiais que não ofereçam riscos à saúde ou segurança dos estudantes.

4.3. Os calçados deverão possuir tamanhos variados, compatíveis com as diferentes faixas etárias do público-alvo, e as meias deverão ser de tecido predominantemente em algodão, com elasticidade e resistência adequadas.

4.4. A contratada será responsável pela entrega dos kits completos no local, prazos e condições estipulados pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ser exigido de forma complementar ao previsto no memorial descritivo a apresentação de **amostras** para conferência prévia da qualidade e conformidade.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

- 4.5. Em caso de fornecimento de produtos em desacordo com as especificações, com vícios ou defeitos de fabricação, a contratada deverá realizar a substituição dos itens no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Administração.
- 4.6. A contratação observará tanto o orçamento quanto a quantidade pretendida para essa contratação durante o período de vigência do contrato. O presente procedimento ora adotado tem como base, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 4.7. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.
- 4.8. Não será admitida a subcontratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).

- 5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, vedada a sua prorrogação.
- 5.2. Os materiais deverão ser entregues pela própria proponente vencedora.
- 5.3. Todas as despesas relacionadas com o fornecimento dos materiais correrão por conta da contratada.
- 5.4. Ficará sob total responsabilidade da contratada garantir a total eficiência e qualidade dos materiais fornecidos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).

6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 6.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.19. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a efetiva realização do serviço de acordo com as condições pré-estabelecidas na proposta comercial e neste termo de referência, atestada pelo gestor do contrato;

7.2.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.2.3.1. Não produziu os resultados acordados;
- 7.2.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.2.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço unitário.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.12.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

- 8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.13.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor, para débitos inscritos e não inscritos;
- 8.13.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.13.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.13.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 8.13.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.14. Habilitação técnica:

- 8.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento dos materiais objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - 8.14.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.14.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15. Outros documentos:

- 8.15.1. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal; que os sócios/proprietários da empresa



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

não possuem parentesco por consanguinidade ou afinidade até 3º grau com qualquer servidor público ou dirigente da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, responsável(is) pela licitação; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas; que suas propostas econômicas compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; que conhece e aceita todas as condições constantes da licitação em referência, bem como de seus Anexos, e que, desse modo, cumprimos plenamente a todos os requisitos necessários à habilitação e participação no mesmo; que inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, e que a mesma não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera e não está suspensa para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme **Anexo III**.

8.15.2. Declaração do responsável pela assinatura do instrumento contratual, conforme **Anexo V**.

8.16. Amostras:

8.16.1. Como forma de comprovação da adequação do objeto ofertado, será exigida a apresentação de amostras do produto, conforme as características técnicas detalhadas no Memorial Descritivo, com a finalidade de verificação da conformidade do item com os padrões de qualidade exigidos.

8.16.2. A amostra deverá ser entregue pelo fornecedor cuja proposta for considerada mais vantajosa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da solicitação.

8.16.3. A análise das amostras será realizada por comissão ou setor técnico competente, que emitirá parecer conclusivo quanto à conformidade ou não do item apresentado. A aprovação da amostra será condição indispensável para a contratação.

8.16.4. Caso a amostra não seja aprovada ou não seja apresentada no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, observada a ordem de classificação das propostas, para fins de apresentação de amostra e possível contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, Lei 14.133/21).

9.1. Para a constituição das referências de valores foram realizadas pesquisas no banco de preços de acordo com as quantidades a serem contratados.

9.2. A metodologia utilizada para se chegar ao valor final do preço, foi a médias dos valores obtidos junto ao banco de preços.

9.3. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 53.525,30 (cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e cinco mil e trinta centavos)**, por um período de 12 meses, vedada a prorrogação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 58	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	12.361.0022.2015.00003.3.90.30.00

Este Termo de Referência foi elaborado pela seguinte pessoa:

Candido Rodrigues, 09 de setembro de 2025.

Silvia Elena Luquês
Secretária Municipal de Educação